



Big data e a simbiose vigilante entre governo aberto, cidadãos e data journalism

*Daiani Ludmila Barth*¹

Resumo

A proposta deste trabalho é refletir no cenário mundial consolidado em *big data* amparado pelas estruturas digitais e a governança digital no sentido da vigilância. Objetiva traçar relações entre a instância governamental na provável vigilância do cidadão e da mesma forma, até que ponto o contrário também ocorre, em uma simbiose vigilante proporcionada pela exposição maciça de dados. Esta, enseja a reflexão acerca do paradigma da medida, onde dados, entendidos como unidades informativas, recebem valor e importância diante de seu volume disponibilizado na internet cotidianamente. Emergem como exemplo, iniciativas de *open data* que fazem frente para que informações diversas, tais como aquelas que formam banco de dados de órgãos públicos, sejam disponibilizadas inteiramente, pressupondo uma ideia de acessibilidade a todos. Por outro lado, ações governamentais também são amparadas com a contribuição de *hackers* na proposta de auxiliar e ensinar a colaboração entre cidadãos e o governo. Por fim, dados em sua forma “bruta”, estimulam a prática do chamado *data journalism* que surge como alternativa para a prática jornalística ante a indústria criativa digitalizada.

Palavras-chave:

Vigilância; governo aberto; jornalismo de dados

Abstract

This paper proposes reflections in the consolidated world in big data, supported by digital structures and governance towards surveillance. Aims to trace relations between the government body in the probable surveillance of citizens and similarly, to what

¹ Jornalista e doutoranda em Comunicação e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB). Professora assistente do curso de Jornalismo, Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus Vilhena (RO). E-mail: daiani.barth@gmail.com



extent the opposite also occurs, in a vigilant symbiosis provided by massive exposure data. This gives rise to reflection on the measurement paradigm, where data, defined as information units, receive value and importance before his volume available on the Internet daily. Emerge as an example, open data initiatives that are facing that miscellaneous information, such as those that form public agencies database, entirely made available, assuming an accessibility idea at all. On the other hand, government actions are also supported with the contribution of hackers in the proposed aid and give rise collaboration between citizens and government. Finally, data in its “raw” form encourage the practice of data journalism that is an alternative to the practice of journalism at the digital creative industry.

Keywords: Surveillance; open government; data journalism

Introdução

As articulações relacionais diante do contexto de *big data*, governança digital e jornalismo de dados tratadas neste texto iniciaram com a participação em seminário específico² organizado por órgão governamental no objetivo de fomentar a digitalização de processos e oferta de dados na instância governamental brasileira. Aliada a essa participação, a proposta Pentálogo VI, ao trazer o tema “Vigiar a Vigilância – Uma questão de saberes”, fez emergir a proposta de um contexto de simbiose vigilante, formada pelo contexto de vigilância entre governos e cidadãos diante da exposição maciça de dados. O objetivo, portanto, é contribuir na interpretação de seu alcance, refletindo sobre sua aparente necessidade e as controvérsias que provoca.

Este trabalho é organizado em um item de contextualização de *big data* e dados abertos, um item para problematizar o sentido de vigilância na sociedade e outro caracterizando o jornalismo de dados, também intitulado *data journalism*. Na reflexão

²Seminário promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, intitulado “Brasil 100% Digital”, realizado em abril de 2015, em Brasília. Disponível em <http://www.brasildigital.gov.br/> Acesso em 20 nov. 2015



final, propõe-se a ideia de um possível equilíbrio dessa simbiose vigilante no paradigma da medida digital que rege a sociedade contemporânea.

1. *Big data* e dados abertos

No contexto de convergência midiática proporcionada pelo caráter de digitalização do mundo, um motor incessante de busca pela aceleração de processos está amparado na ideia de digitalizar, tornando objetos e interações em *bits*, ou seja, incessantemente em código binário 0 ou 1 (NEGROPONTE, 1995), diante do discurso da sociedade da informação. Isso se justifica pelo pano de fundo anunciado por Bachelard (1996) em paradigma da medida, ao fazer emergir e valorar o quantitativo aliado a aceleração dos mesmos processos. Nesta relação, é possível pensar uma proposta de paradigma digital, cuja caracterização emerge a partir dos usos diários de recursos digitais com ofertas características em termos de possibilidades, imagens e operações, em um caráter de *mimesis* do analógico, transformado em digital, *naturalmente*. Sendo assim, têm-se o paradigma da medida digital que determina relações, processos e a vida social, disponibiliza enorme quantidade de dados, constantemente medidos e avaliados. Nem sempre interpretados. E que resultam no contexto digital genérico de *big data*.

A ideia que aparece central nesse contexto é o volume de dados que existem na internet através da digitalização. Dessa forma, um dos valores principais é a sua variedade³ em formatos distintos e provenientes de fontes como documentos, imagens, áudio e vídeos. Essa convergência demanda saber relacionar corretamente *big data* na formação desse grande arquivo, que é senão a própria internet e as expectativas de digitalização do mundo.

Ao considerar os primórdios da cibernética com Teoria Matemática da Comunicação (WEAVER, 1972) a ideia do simbólico calculável e a transmissão de dados está presente dentro de uma concepção de sistema. Neste contexto, o ruído é

³ Ver em <http://www.infowester.com/big-data.php>



indesejado, pois causa desordem e incerteza nos processos. O autor junta-se a Wiener (1954), ao caracterizar a cibernética e suas situações aleatórias e randômicas dos processos, onde prepondera o modelo ordem – entropia – ordem. Assim, o controle e a busca pela perfeição compreendem o contexto de determinismo. Na contemporaneidade, isso se reflete levando em consideração a importância dada ao discurso de eficácia, eficiência e sensações controladas por sistemas digitais.⁴

Nessa esteira, emergem iniciativas de caráter global como *open data*, na tradução, dados abertos, que podem ser usados livremente, modificados e compartilhados por qualquer pessoa, movimentando esforços da sociedade que refletem também na instância governamental pela democratização de dados na internet.⁵

No contexto brasileiro, existem iniciativas tais como a Escola de Dados⁶, que fomentam e socializam a ideia de dados abertos, juntamente com a fundação de caráter mundial, Open Knowledge Foundation (OKF)⁷. Um exemplo de uso e abertura de dados ocorre em Porto Alegre (RS), com um propósito de facilitar a criação de aplicativos cívicos e disponibilizar informações diversas de órgãos públicos, mobilidade urbana e serviços, tendo como objetivo convidar as pessoas “a participar do desenvolvimento de soluções inteligentes para a nossa cidade”.⁸ Outro exemplo que emerge ocorre em São Paulo (SP), através da plataforma Cuidando do meu Bairro⁹, que visa “oferecer ferramentas para que a sociedade possa conhecer melhor a temática do orçamento público, exercer o controle e fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade e promover ações concretas no seu bairro”. Apesar dessas iniciativas exercerem um propósito de colaboração e fiscalização de dinheiro público inédito, na prática, apresentam interfaces com dados brutos que demandam certas competências dos usuários, o que pode dificultar seu entendimento e acesso.

⁴ Questões discutidas em aula de Teorias da Comunicação, PPGCOM da UnB, linha de pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação, sob responsabilidade do prof. dr. Tiago Quiroga, semestre 2014/1.

⁵ Ver em <http://opendefinition.org/>

⁶ Ver em escoladedados.org

⁷ A iniciativa Open Knowledge Foundation está disponível através do site <http://br.okfn.org/>

⁸ Disponível em <http://www.datapoa.com.br/about>

⁹ Ver em cuidando.org.br



De qualquer forma, estes exemplos alinham-se a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), no Brasil, que preconiza o sentido de disponibilizar informações na internet¹⁰, a qual é amparada pela Lei de Acesso à Informação (LAI)¹¹, que por sua vez viabiliza o Portal Brasileiro de Dados Abertos.¹² A prerrogativa norteadora é a de disponibilizar dados a fim de utilizar informações públicas do governo, resultado de um esforço para que este seja cada vez mais equipado pelo aparato digital, o que significaria um pressuposto esperado pela sociedade. Assim, superando o que é chamado de transparência passiva, representado no Brasil pelo sistema e-SIC, que dispõe de informações que ainda não constam em portais. Este sistema, assim que acessível, deverá gerar e disponibilizar dados dentro do programa Brasil Transparente.¹³

Contudo, ao refletir as ações governamentais brasileiras, o panorama atual continua de burocratização de processos e proliferação de sites referentes ao governo. Há um interesse de modificar essa realidade, que se evidencia no âmbito de um discurso de conscientização por uma base única de dados. Além disso, em uma questão de cidadania ao buscar gerar a confiança dos brasileiros nos processos do Executivo. Estes, em geral, complexos, com informações desatualizadas e que não funcionam.¹⁴ Aliado a isso, a abertura de dados tem outro obstáculo na autonomia e pouca comunicação entre os diferentes órgãos públicos no compartilhamento de processos e informações.

¹⁰ Em sua apresentação, consta: “A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos”. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos>

¹¹ Referência à Lei N° 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm

¹² Ver em <http://dados.gov.br/>

¹³ Informações divulgadas na palestra “Transparência na Gestão Pública”, por Patrícia Souto Audi, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria Geral da União (CGU), durante o seminário “Brasil 100% Digital”.

¹⁴ Haja vista, recentemente, os problemas gerados durante o cadastro de empregados domésticos no sistema e-Social. Ver em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/11/especialistas-apontam-problemas-que-persistem-no-esocial.html>



No âmbito internacional, podem ser citadas iniciativas tais como Gov Track Us¹⁵, nos Estados Unidos, com propósito de participação popular e transparência através da tecnologia, permitindo aos seus usuários rastrear as contas e os membros do Congresso dos Estados Unidos. Já o governo da Austrália passou a incentivar e legalizar um novo tipo de colaboração onde recruta pessoas com competências avançadas na rede, chamadas de *civil hackers*¹⁶ para trabalhar voluntariamente através do projeto Gov 2.0¹⁷ a fim de colaborar na criação e construção de processos para estimular mudanças relevantes em seus bairros, cidades, estados e no país.

Entretanto, o mesmo governo australiano que permite ações coletivas de *open data* através de *civil hackers* não apoia abertamente seu cidadão mais conhecido no ciberativismo, Julian Assange, acusado de acessar sistemas e publicar documentos secretos, através do site Wikileaks.¹⁸ O que não deixa de representar um paradoxo, diante da complexidade que envolve a democratização e o acesso a dados. Ao referir tratativas na instância dos governos, notoriamente daquele tido como o mais poderoso do mundo, os Estados Unidos, deve-se reconhecer que: “A digitalização cria grandes volumes de dados recolhidos em escala transnacional, diluindo as linhas do que é nacional, bem como as fronteiras entre a aplicação da lei e a inteligência”. (BAUMAN ET AL, 2015, p. 13)

Essas ações como um todo, num primeiro momento, parecem convergir com o contexto de criação da internet e sua relação com movimento *punk*, na ideia de aperfeiçoar conjuntamente a rede, diante de seu caráter anarquista inicial (CASTELLS, 2010), o que também preconiza outras iniciativas como o movimento software livre¹⁹ ou

¹⁵ Ver em: Gov Track Us. Disponível em: <https://www.govtrack.us/about>

¹⁶ Aqui importa distinguir a ideia de hacker e cracker. O primeiro grupo diz respeito àqueles que disponibilizam tempo usando o mínimo de recursos e o máximo de pensamento para criar, modificar ou melhorar processos e dados na rede, compartilhando essas melhorias com os demais usuários. Já os crackers representam o conjunto de pessoas altamente qualificadas e especializadas na busca de informações na internet para ações maldosas como distribuição de vírus, por exemplo.

¹⁷ Ver em: data.gov.au

¹⁸ O site WikiLeaks foi criado por Julian Assange em 2006, sem fins lucrativos e tem por objetivo denunciar a corrupção e as violações de direitos humanos. Seus colaboradores divulgam informações confidenciais de diversos países, por meio de invasão a sites de empresas e governos e por denúncias de fontes que permanecem anônimas ao público.

¹⁹ Ver em <http://softwarelivre.org/>



ainda a proliferação de sites regidos pela ideia de *Creative Commons* (CC),²⁰ sendo assim incentivada a colaboração, abertura e acesso a dados digitais através de licenças jurídicas gratuitas. Entretanto, é necessário recordar que mesmo com os esforços pela democratização de informações na rede, dados podem não ser efetivamente disponibilizados, principalmente os de caráter privado. Nessa questão, portanto, fundamental a lembrança de Bauman et al:

O direito ao respeito da privacidade de uma pessoa é o direito humano internacional global. Este pode ser encontrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e sua forma jurídica consta no Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, de 1966. Qualquer interferência na privacidade de uma pessoa deve estar sujeita, em primeiro lugar e acima de tudo, ao consentimento dessa pessoa. O direito de consentir ou recusar a utilização de dados pessoais pertence ao indivíduo, não ao Estado. Além disso, o consentimento só é válido se o indivíduo souber exatamente o que ele ou ela está consentindo” (2015, p. 20)

Em um âmbito geral, resiste o imaginário de Estado de bem-estar social que deveria proteger os seus cidadãos, e dessa forma, é responsável por resguardar suas informações. Em um contexto de paradigma da medida digital que recebe força diante da simbiose vigilante, há uma apropriação de dados e sua abertura nem sempre recorre a fins de colaboração e qualidade de vida. Aliado a isso, é de vasto conhecimento que a internet é formada por registros falsos haja vista, por exemplo, a quantidade significativa de spams (KEEN, 2007), o que resulta em grau de incerteza constante.

2. Vigiar a vigilância na sociedade

Ao levar em consideração que a rede é uma estrutura organizada e que funciona amplamente através de registro, ao utilizá-la, permanecem rastros de seu acesso, quando um dispositivo digital passa por uma identificação e, conseqüentemente, a requisição de um endereço IP (*Internet Protocol*). Diante do paradigma da medida digital, o momento é de caráter vigilante nestas circunstâncias, que é reforçado continuamente, haja vista, por exemplo, o pânico gerado por ataques terroristas atribuídos ao Estado Islâmico,

²⁰ Ver em <https://creativecommons.org/>



proporcionando uma série de ações que embasariam a necessidade de vigiar os passos de determinados cidadãos em países democráticos em prol de uma suposta liberdade.

Embora o paradigma digital da teoria dos computadores compreenda situações aleatórias, em um modelo randômico de informações (como referido anteriormente), o pressuposto da vigilância compreende sua combinação e uso. Entra em cena, portanto, o controle da informação, o que contraria diretamente os primórdios de socialização da internet. Há que se recordar, entretanto, que o cerne da vigilância sempre esteve presente, lembrando os motivos militares pelos quais a rede foi criada e após estruturada (CASTELLS, 2010), o que corrobora em padrões atuais cada vez mais sofisticados de segurança.

Ao retomar a palestra de Vaz,²¹ a vigilância desde o ponto de vista *foucaultiano* remete a uma concepção paranoica de “*eles vigiam a nós*”, além do incessante vigiar a *si* mesmo. O primordial nisso é que, diante da ideia de controle, a vigilância faz-se presente reverberando a lógica do medo, o que caracteriza o modelo de racionalidade que o mundo ocidental se encontra.

Vaz²² também mencionou formas de vigilância, que podem ser caracterizadas partindo da ideia do registro, presente no paradigma da medida digital. Assim, um motorista sabe que deve ficar atento e frear em um redutor de velocidade uma vez que há o registro de sua passagem. Há também o registro de comportamento, haja vista sites de relacionamento onde usuários expõem dados que fazem parte de seu universo pessoal de maneira gratuita e que, por exemplo, são utilizados posteriormente com finalidades de incitação ao consumo, o que amplia e dá sentido a pesquisas de marketing.

Uma outra forma de vigilância é quanto ao perfil de corpo feminino ideal difundido cotidianamente e que preconiza a luta das mulheres pela magreza e portanto, a vigilância a si mesmas ao registrar em aplicativos seu consumo diário de calorias. Por fim, há a controversa exposição da intimidade, advinda do redemoinho de dispersão entre o sentido de público e privado em uma relação estratégica visando o olhar do

²¹ Palestra “Risco, vigilância e demanda do Estado Securitário”, proferida pelo prof. dr. Paulo Vaz (ECO-UFRJ) durante o VI Pentálogo “Vigiar a Vigilância – Uma questão de saberes?”, de 3 a 6 de novembro de 2015, em Japaratinga (AL)

²² Idem.



outro. Assim, insinuada através de sites e/ou aplicativos de relacionamento como registro de um mecanismo de sedução, onde aparências e poses são esculpidas através de fotografias, onde o *eu* e a exibição desse *eu* forma a preocupação principal de usuários no controle do modo como um expõe-se para um outro.²³

De fato, isso ocorre mediante uma ideologia *sócio-narcisista* contextualizada por Sodré²⁴ e também denunciada por Keen (2015) ao considerar sua visão catastrófica quando se refere à internet. Bruno (2013, p. 130), também reforça que as práticas de vigilância envolvem monitoramento corporativo, policial, afetivo, social e familiar em um contexto de exposição da vida pessoal. Ademais, tendo em vista um excesso de positividade, ou ainda, a tentativa de negação da tragédia no cotidiano, diante de uma vigilância que se quer extrema, a sociedade alerta pode estar à beira do que Han problematiza como infarto psíquico (2015).

3. A emergência do jornalismo de dados

Sem esvair-se por uma perspectiva deveras apocalíptica, a simbiose vigilante proporcionada pelo paradigma da medida digital representa uma reaproximação do valor e função social da prática jornalística. A ideia do jornalismo de dados emerge no cenário *big data*, operacionalizado em sua compreensão, interpretação e transformação em notícia. Assim, permite trabalhar com diferentes estilos, desde a visualização gráfica de dados até sistemas de busca relacionados a um tema específico²⁵. O grande desafio é, introdutoriamente, retirar histórias desse grande volume de dados, basicamente formados por números e estatísticas, adquirindo competências específicas para tal.

²³ Interessante exemplo dessa forma de vigilância da exposição é o modismo recente dos chamados *nudes* na rede, onde a ordem é fotografar e publicar partes do corpo ou o corpo nu, ou ainda com a mínima exigência de roupas. Diante desse modismo, figura como vergonha, nas palavras do prof. Paulo Vaz, “a vergonha de ter tido vergonha” de fazer isso e não uma cultura da culpa.

²⁴ Referência a conferência de abertura do XXIV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós 2015, proferida pelo prof. Dr. Muniz Sodré. Disponível em <http://compos.org.br/encontro2015/>

²⁵ Exemplos podem ser consultados no recente *Data Journalism Handbook*, organizado pela European Journalism Centre e Open Knowledge Foundation. Disponível em: <http://datajournalismhandbook.org>



Conceitualmente, é a atividade de transformar dados em informação jornalística, cujo nexos é ampliado pela Escola de dados: “data journalism is the art and practice of finding stories in data... and then retelling them”.²⁶ Essa prática somente pode ser viabilizada diante de uma cultura de dados abertos, que permite ao jornalista analisar dados com o intuito de desenvolvimento social. Assim, Rogers entende essa prática como “*new*” *punk*, demonstrada no trecho abaixo:

In fact, data journalism is a great leveller. Many media groups are starting with as much prior knowledge and expertise as someone hacking away from their bedroom. Many have, until very recently, no idea where to start and great groups of journalists are still nervous of the spreadsheets they increasingly are confronted with. It’s rare for the news site reader to find themselves as powerful as the news site editor, but that’s where we are right now – and that power is only increasing as journalists come to rely more and more on their communities for engagement and stories. (ROGERS, 2014, p. 32 e 33)²⁷

A democratização de dados fomenta, portanto, as iniciativas de jornalismo de dados, quando se compartilha a ideia de que *big data* não pertence a especialistas. Por um lado, como descrito anteriormente, ocorre um contexto de movimentos que preconizam os dados abertos no sentido de disponibilizá-los cada vez mais na internet. Por outro, é contínuo o controle de informação, ensejado há muito pela própria mídia, ao privar, por exemplo, o leitor de acessar determinados conteúdos, a menos que pague por isso. Sodré (2015) nesse sentido, é esclarecedor ao dizer que “o mercado fala pela boca da mídia”.²⁸ Há a lembrança, ainda, de um imaginário persistente de missão

²⁶ Trecho do texto *Several takes on defining data journalism*, de Tony Hirst. Tradução da autora: “jornalismo de dados é a arte e prática de encontrar histórias em dados... e então recontá-las”. Disponível em: <http://schoolofdata.org/2013/06/11/several-takes-on-defining-data-journalism/>

²⁷ Tradução da autora: “De fato, jornalismo de dados é um grande nivelador. Muitos grupos de *media* estão começando a priorizar conhecimento e experiências tanto como alguém hackeando em seu quarto. Muitos, recentemente, não tem ideia de onde começar e grandes jornalistas ainda estão nervosos com as planilhas que cada vez mais eles se confrontam. É raro o leitor do site de notícias encontrar-se tão poderoso como o editor do site de notícias, mas é nisso que estamos agora – e o poder está apenas aumentando em como jornalistas passaram a confiar mais e mais em suas comunidades de engajamento e suas histórias.”

²⁸ Referência a conferência de abertura do XXIV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós 2015, proferida pelo prof. Dr. Muniz Sodré. Disponível em <http://compos.org.br/encontro2015/>



mediática de vigília ao colocar-se na posição dos olhos vigilantes da sociedade.²⁹ A abertura de dados torna-se obstáculo ao proporcionar uma escolha em que o próprio cidadão realiza fiscalização e, se desejar, a busca de autonomia e cidadania.

De qualquer modo, o paradigma da medida digital não tem sido favorável a indústria criativa. Com a digitalização, acreditou-se que novas possibilidades de trabalho seriam criadas,³⁰ entretanto, apesar da possibilidade de acesso a internet, o saber digital é especializado e representado por aqueles que fazem um uso realmente ativo da rede, formado por poucas pessoas (interessados em tecnologia da informação, engenheiros, designers, programadores), que criam e sustentam o conteúdo e as formas disponíveis de acesso. O restante, onde se englobam também os jornalistas, atua de forma passiva, apenas acessando sistemas e *templates* prontos, pensados e criados por outrem.³¹

Além disso, no contexto digital, grandes reportagens acabaram dando lugar a textos com erros de digitação e sem apuração, onde a coleta e a edição de assuntos que pautam a sociedade já não é mais atributo de editores, uma vez que dividem essa função com uma imensa maioria de interessados em participar e expressar-se, gratuitamente, no âmbito da rede. Diante da necessidade de transformação, portanto, de uma profissão, em um contexto de incertezas e principalmente, dispersão, o jornalismo de dados surge como uma alternativa.

E desde esse ponto de vista, é que a formação de jornalistas passa ou deveria passar pelo seu conhecimento, análise e prática, com jornalistas, dessa forma, aptos a desenvolverem modos de trabalhar no contexto *big data* e transformar números e

²⁹ Exemplos notórios são programas da televisão aberta que espetacularizam a violência em grandes cidades, como Cidade Alerta, na rede Record ou Brasil Urgente, na rede Bandeirantes.

³⁰ Palestra “Jornalismo de dados: um olhar independente sobre a ação governamental”, proferida por Eva Constantaras, Consultora e Instrutora em Jornalismo de Dados, Internews Network, Turquia, durante o Seminário Internacional Brasil 100% Digital

³¹ Exemplo disso é uma pessoa que, por exemplo, mantém um blog, onde realizou um cadastro gratuito com as possibilidades de modelos prontos, a escolher. Ou mesmo o fenômeno de transformação de páginas ora sérias em sistemas cuja lógica é similar a redes sociais, notoriamente sites e aplicativos de bancos. O usuário não cria nem ajuda a construir essas lógicas, apenas deve adaptar-se a periódicas atualizações que, via de regra, servem para melhorar o processamento de dados dos dispositivos (tablets, celulares, notebooks) e ainda, ajudam a enviar relatórios de uso e de acesso à internet para grandes corporações da internet, exemplo básico é representado pelo Google.com.



estatísticas em histórias para seu público o qual, via de regra, participa da construção e circulação desse trabalho. Algumas iniciativas despontam em forma de cursos paralelos através da internet, como exemplo do primeiro curso em português sobre o assunto.³²

O panorama do jornalismo de dados serve de utopia ao possibilitar a análise e interpretação do profissional de dados de governos, empresas e demais instituições e assim, em conjunto com o cidadão, encontrar soluções visando o desenvolvimento social. Algo semelhante ocorre, por exemplo, no Texas Tribune³³, na possibilidade de fazer jornalismo (no caso político) sem custos e ensejar a participação da comunidade na política local.

Um exemplo que desponta, nesse sentido, também é a plataforma Internews,³⁴ que busca a melhoria da qualidade das informações, com treinamento e suporte para cidadãos e profissionais da mídia em qualidade avançada de programação. Também atua no desenvolvimento de programas sociais globais e assuntos governamentais, na expansão de acesso a informação, na implementação de leis simplificadas de mídia e na viabilização concreta de mídia local. Por fim, também busca realizar experimentação, pesquisa e tecnologia em assuntos relacionados ao jornalismo.

Representa, em suma, uma ampla visão das possibilidades que o jornalismo e a democratização de dados podem realizar para modificar realidades, no sentido de encontrar histórias em dados brutos, e dentro de uma sociedade de dados abertos, recontar essas histórias, e assim, ressignificar sua função de mediação social. Entretanto, há que se lembrar de Stoneman (2015), ao argumentar que apesar do aumento da popularidade de *data journalism*, jornalistas ainda não sentiram a real potencialidade de dados abertos.

³²Curso organizado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) e pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. Ver em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-16179-incricoes-abertas-para-curso-online-gratuito-em-portugues-sobre-tecnicas-do-jornalismo>

³³ Ver em: <http://www.texastribune.org/>

³⁴ Ver em <https://www.internews.org/>



Considerações finais – Simbiose vigilante

Diante das relações entre a instância governamental na vigilância do cidadão e da mesma forma, até que ponto o contrário também ocorre, é formada uma simbiose vigilante proporcionada pelo paradigma da medida digital, no contexto *big data*. O fenômeno dá sustentação à vivência caótica do medo que circula na sociedade. Uma espera por “algo ruim que pode acontecer” jaz como uma possibilidade latente que cria expectativas vãs em um Estado que tem como atribuição proteger a sociedade, mas que na prática, não resolve os problemas sociais.

Também deve-se levar em consideração que toda abertura de dados preconiza a ideia de tornar público algo que inicialmente era privado. A formação da simbiose vigilante justifica essa abertura de dados, demonstrando a impotência nas relações pessoais diante da ignorância e da incompreensão para com o outro, movidas pela necessidade de controle, cada vez mais sofisticada.

No contexto *big data* e dados abertos, pouco muda efetivamente com relação ao contexto meramente analógico. A diferença, de qualquer modo, é que a capacidade de armazenamento aumenta diante do paradigma da medida digital que acumula dados, transformando, portanto, a rede em um imenso arquivo que continua a ser desvendado. Assim, o cenário é de penumbra, mesmo com a ideia de transparência e abertura.

Diante disso, uma alternativa emerge no jornalismo de dados, diante da capacidade e formação jornalística de mediação social, reinventando a prática jornalística ante a indústria criativa digitalizada. Dessa forma, a simbiose vigilante encontraria um nível de equilíbrio, ao propiciar um compromisso gratuito de participação coletiva na vigília, em um tempo que almeja sua aparente necessidade.

Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad.: Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – CISECO

IV COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS • ISSN 2317-9147

Praia Hotel Albacora • Japaratinga – Alagoas • 4 de novembro de 2015

BAUMAN, Zygmunt et al. Após Snowden: Repensando o Impacto da Vigilância. *Revista Eco Pós - Dossiê Tecnopolíticas e Vigilância*, v. 18, n.2, 2015.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013 (Coleção Cibercultura)

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad.: Roneide Venancio Majer, atualização 6ª ed. Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad.: Enio Paulo Giachini. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

KEEN, Andrew. *The cult of the amateur: how today's internet is killing our culture*. New York: Doubleday/Currency, 2007.

_____. *The Internet Is Not the Answer*. London (UK): Atlantic Books, 2015.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Trad.: Sergio Tellaroli. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995

ROGERS, Simon. Data journalism is the new punk. *British Journalism Review*. 2014. Disponível em: <http://bjr.sagepub.com> Acesso em: 12 nov. 2015

STONEMAN, Jonathan. *Does open data needs journalism?* Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: https://www.internews.org/sites/default/files/resources/Stoneman_DoesOpenDataNeedJournalism.pdf Acesso em: 15 de janeiro de 2016

WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 25-37

WEINER, Nobert. *Cibernética e sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1954.